

# **A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ EM FEIRA DE SANTANA - BAHIA ATRAVÉS DE UMA INDUSTRIALIZAÇÃO PLANEJADA<sup>1</sup>**

**Janeide Oliveira da Silva Almeida**

Universidade Estadual de Feira de Santana  
Graduanda do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia  
jaolsiall@hotmail.com

## **1. Introdução**

As profundas alterações na economia baiana a partir de meados da década de 50 redefinem os subsistemas regionais do Estado. A partir da implantação da Refinaria Landulfo Alves e posteriormente da Usina Siderúrgica da Bahia, inicia-se um intenso processo de industrialização no recôncavo, em torno da capital, estabelecendo novas interligações do espaço econômico estadual. Neste espaço além da Região Metropolitana de Salvador (RMS), parte do Recôncavo e a cidade de Feira de Santana, situada no cruzamento dos eixos de interligação entre a RMS e as demais regiões industriais do país e do interior do Estado, irão aos poucos se firmando como cidades industrializadas.

A partir dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar um panorama acerca do processo de inserção da cidade de Feira de Santana na nova fase de expansão econômica do Brasil e, do Estado da Bahia, iniciado a partir da década de 70, com a instalação de um distrito industrial, o Centro Industrial do Subaé – CIS, visando atender ao ideário desenvolvimentista que vivia o país naquele momento. Sendo assim, o CIS criado em 1969, refletia a enorme importância que o planejamento regional assumia naquele quadro da história do país, principalmente no Nordeste. O modelo de desenvolvimento econômico nacional baseava-se em sólidos nexos entre o estado e o processo de industrialização. Nesse contexto, os investidores públicos lideravam as inversões, competindo-lhe a montagem da infra-estrutura básica para a instalação de indústrias de transformação.

Em face dessa conjuntura, este trabalho busca analisar os fenômenos presentes no processo de industrialização de Feira de Santana, contextualizando-o com o cenário

---

<sup>1</sup> Eixos temáticos: 1 - Geografía de lá América Latina em Transformación Política y Social; 2 - Dinamica Urbana.

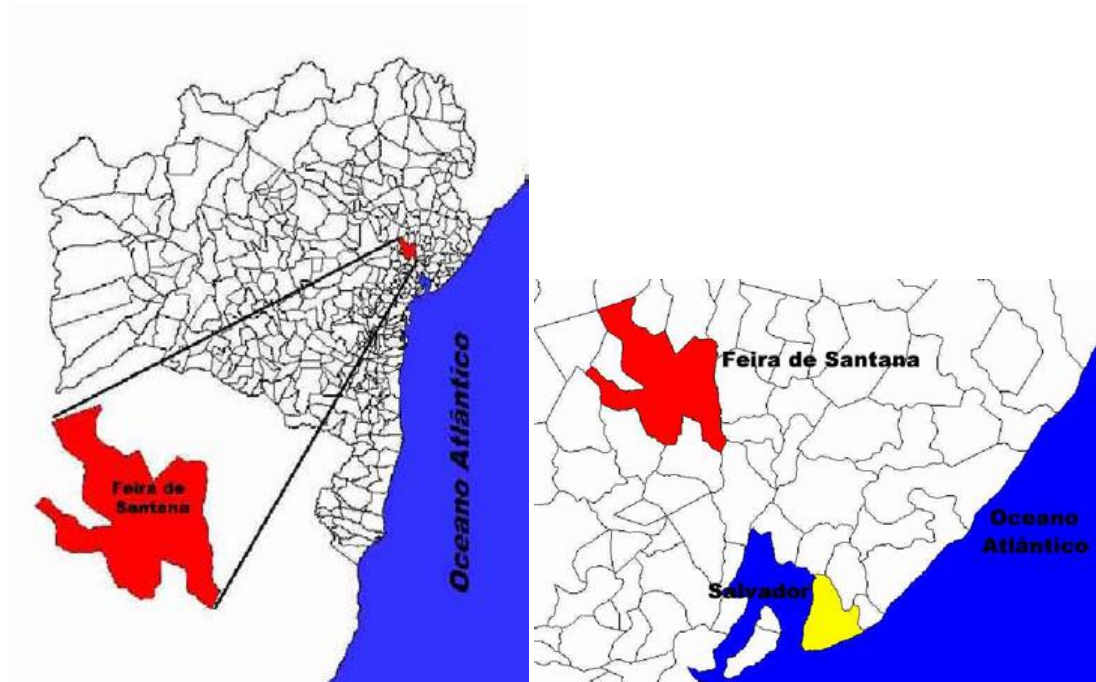
regional e nacional para melhor compreensão do referido tema. Visto que, o mesmo é de grande relevância no contexto científico e social, por alavancar novas experiências de estudo, conhecimento e informações acerca de Feira de Santana e sua organização espacial em função da implantação do vetor industrial no município. Desta forma, alguns pontos-chave norteiam essa discussão como: política de desenvolvimento regional para descentralizar o processo de industrialização baiana; política de industrialização através de incentivos públicos; integração regional e políticas de planejamento; organização espacial privilegiada do município em questão. Sendo assim, será feito um breve histórico sobre o município por meio de sua caracterização, uma síntese da integração regional e política de planejamento, e por fim discorrerei sobre a industrialização de Feira de Santana e a implantação do CIS.

Este artigo, em um primeiro momento, escolheu e delimitou um tema, seguido do planejamento do trabalho e da busca de materiais relevantes e oficiais que fomentasse o mesmo. Foi feito um levantamento bibliográfico para servir de base no desenvolvimento do mesmo, com a leitura e documentação das informações, onde foram encontrados materiais com grande conteúdo e relevância, iniciando uma análise textual, temática e interpretativa, seguida da catalogação das questões mais importantes de acordo com a vertente que trilhou este trabalho. Nesse sentido, quanto à natureza científica, a produção desse artigo se concretizou através de resumos de assuntos ligados ao seu contexto, de trabalhos publicados por outros autores, com pesquisas bibliográficas e documentais, numa perspectiva qualitativa, utilizando o conhecimento científico, com investigações, que muito contribuiram na conclusão deste trabalho assim como também o conhecimento empírico muito relevante nessa construção.

## **2. Caracterização da Área de Estudo e Breve Histórico do CIS**

Sendo uma das cidades que se destaca no interior da Bahia, Feira de Santana (figura 1), 108 km da capital do Estado Salvador, desfruta de uma localização privilegiada onde desde o século XVIII, passou a ser ponto de referência para comerciantes que trafegavam nas imediações dessa região. Aos poucos foi transformando-se num centro de negócios a partir de uma feira livre que se desenvolvia continuamente, com particularidade para a atividade pecuária, moldando o seu perfil no ramo comerciário. Com um grande número de feirante, esse entreposto comercial atendendo aos reflexos do progresso foi desmembrado da cidade de Cachoeira, e em 1873 ganhando o título de

Figura 1



Localização do Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia.

cidade, com o nome de Cidade Comercial de Feira de Santana. Com o perfil para a atividade comercial, Feira de Santana, que teve suas primeiras indústrias como extensão das atividades pecuária e fumageira, instalando indústrias artesanais de beneficiamento de fumo e peles, participará do surto industrial vivenciado por todo recôncavo e se esgotando no final do século XIX, sem abalar o seu caráter eminentemente comercial. Feira de Santana possui hoje a segunda maior população da Bahia, dispondo de uma razoável estrutura para uma cidade de médio porte e contando com várias complementaridades, que a proximidade e a facilidade de acesso a Salvador proporcionam. Como segundo centro urbano da Bahia e núcleo comercial intra-regional, Feira de Santana tem um mercado que transcende sua dimensão metropolitana o que evidencia e traduz sua magnitude no setor terciário local.

Sendo assim, o CIS surge da capacidade de planejamento do município, a partir do poder local, com as propostas inovadoras a partir do Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI, elaborado em 1968 e institucionalizado em julho de 1969. Elaborado em 1970, o Plano Diretor do CIS, cria em seguida a Autarquia – CIS, que é inaugurado em 1973. O principal objetivo do CIS era estimular a expansão de Feira de Santana como pólo secundário do Estado da Bahia, para complementar o eixo industrial

da capital do Estado. Alguns aspectos locacionais contribuíram decisivamente para consolidação do CIS. O principal objetivo do CIS era estimular a expansão de Feira de Santana como pólo secundário do Estado da Bahia, para complementar o eixo industrial da capital do Estado. Alguns aspectos locacionais contribuíram decisivamente para consolidação do CIS.

Sua característica de entroncamento rodoviário, existência de um conjunto de pequenas indústrias que foram estimuladas a se transferir para o Distrito Industrial, a instalação em Feira de Santana do Centro de Desenvolvimento Industrial – CEDIN e a decisão da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE de manter o CIS como prioridade A e rebaixar a do Centro Industrial de Aratu – CIA, na concessão dos incentivos fiscais foram fatores importantes nesse processo. O CIS tem hoje uma produção diversificada, especializada na produção de bens de consumo final, e a sua instalação no município de Feira de Santana transforma consideravelmente o desenvolvimento econômico local em constante crescimento.

### **3. Integração Regional e Política de Planejamento**

O processo de industrialização que será analisado, pretendia proporcionar o desenvolvimento nacional, de forma que houvesse a integração territorial, através de políticas de planejamento onde segundo IANNI (1977), “o poder público passou a adotar diretrizes cada vez mais elaborada e tecnicamente mais rigorosas em face de problemas como proteger e estimular os setores econômicos já instalados da economia nacional; formalizar o mercado de fatores da produção; e também, controlar as relações sociais de produção”. De acordo com BAUMANN (1996) o planejamento que associa o processo de desenvolvimento à criação de pólos de crescimento baseados na expansão de indústrias matrizes incorpora agressivos programas estaduais de atração de investimentos através da concessão de incentivos fiscais.

Segundo LAFER (1975), o planejamento como política econômica é relativamente recente – até a década de 30 era considerado e compatível com economia de mercado. Tendo um esquema econômico e controlado ou direcionado por uma autoridade central, o mesmo, em países capitalistas, pode vir a ser feito em distintos níveis de elaboração onde pode abranger apenas uma parte ou toda economia. O planejamento global busca dar uma visão ampliada do desenvolvimento econômico, propondo objetivos a serem alcançados e buscando assegurar a consistência entre a

oferta e a demanda de bens nos mais variados setores. Em geral se inicia com um programa de investimentos públicos que não é apenas uma previsão orçamentária, podendo ser centrado em alguns setores estratégicos da economia, onde há possibilidade de serem encontrados desequilíbrios entre oferta e demanda. É o caso de investimento em infra-estrutura, como transporte, educação, saúde, cujo crescimento pode ser planejado mesmo quando os objetivos mais gerais de crescimento de renda, empregos, etc., ou ainda não estão fixados. É possível que o planejamento também não esteja inserido num esquema para a economia como um todo, sendo feito com objetivos específicos, como o de industrializar uma região (o caso de Feira de Santana, com a implantação do CIS), promovendo a integração desta à industrialização brasileira e global.

Para SPINOLA (2006), esse desenvolvimento almejado, se refere ao conjunto da sociedade, pois envolve juízos de valor implícitos e explícitos sobre a direção e a velocidade das mudanças estruturais. Essas mudanças são induzidas, caracterizadas e geradas por agentes de desenvolvimento mediante políticas deliberadas, que foca o desenvolvimento econômico capitalista, que IANNI (1977) fala ser um processo de acumulação primitiva de capital, e abrange tanto a expansão qualitativa como a diferenciação qualitativa do sistema econômico [...], envolvendo capital, força de trabalho, tecnologia e divisão social do trabalho como forças produtivas principais. No sentido de mudar o perfil industrial do Brasil no que tange sua distribuição regional, o CIS foi criado, conforme as transformações que ocorreram nos anos de 1970 que segundo DINIZ (1995), aponta nesse período uma mudança no padrão de industrialização brasileira, com uma tendência à desconcentração em relação à Região Metropolitana de São Paulo – RMSP (o famoso ABCD paulista), e que SOUZA (1998), reforça mostrando dados que mostram que a RMSP possuía 43,4% da indústria de transformação em 1970, declinando para 26,2% em 1990.

A homogeneidade do território nacional deveria ser alcançada através de políticas públicas, articulada a um desenvolvimento planejado, que integrasse o território nacional. De acordo com NETO (1989) a política de desenvolvimento tinha como meta promover a integração do país através da regionalização da economia o qual se baseava na exportação de capitais produtivos na direção da “periferia” e áreas menos desenvolvidas. Ampliaram-se, com este processo os limites do potencial de acumulação da própria região. Paralelos a esta transferência de capital, originária das regiões mais industrializadas, estão embutidos os novos processos produtivos, novas relações de

trabalho e um novo tipo de articulação e de relações entre as regiões e entre as diversas frações do capital produtivo.

#### **4. Industrialização de Feira de Santana: a implantação do Centro Industrial Subaé**

Feira de Santana, considerada a maior cidade do interior do estado da Bahia, inseriu-se no processo de industrialização que desde os anos 60 implicava numa nova fase de expansão econômica no país, sobre influência de uma ideologia desenvolvimentista, que visava à integração entre todas as regiões do país. No Nordeste, região na qual a cidade de Feira de Santana pertence, essa integração preconizava reduzir a disparidade advinda de diversos fatores, principalmente os de cunho econômico. Fazendo uma revisão histórica das experiências de planejamento econômico realizado nos espaços de influência do governo federal e no âmbito da região Nordeste e da Bahia, constataremos as diferentes formas que são condicionadas pela estrutura desse espaço na dinâmica da atividade econômica presente.

Em Feira de Santana, a influência de se estabelecer um distrito industrial, que são indiretamente instrumentos de desenvolvimento industrial e tecnológico mais especificamente voltados para as políticas regionais, tinha como objetivo integrar o município nessa política desenvolvimentista, para descentralizar todo processo de industrialização brasileiro, que priorizava a região Sudeste, desde o início da implantação de indústrias no país, e também o baiano que centralizava essa implantação industrial na Região Metropolitana de Salvador.

Assim, tendo em vista o cenário político e econômico regional e também nacional, foram observados dentre tantos outros elementos atrativos para implantação do CIS em Feira de Santana, fatores como: locais, por esta possui localização geográfica estratégica, para promover a implantação do CIS; fatores políticos, ligados a diferentes setores sociais, como a necessidade da criação de órgãos públicos para nortear o processo de descentralização industrial, estadual e nacional, a questão dos incentivos fiscais, a possibilidade da garantia de empregos para a população da Feira de Santana e região; a urbanização, na necessidade de se reorganizar os espaços já organizados pela sociedade em questão, visando atender a nova estrutura que a industrialização requer; questões populacionais, na observação do aumento do fluxo de pessoas para servir de mão-de-obra nas indústrias do CIS; a diversidade dos espaços no

processo de globalização (municipal, estadual, regional, nacional e internacional) e os processos históricos que refletiram na economia, a abordagem dos órgãos de educação, industrialização e desenvolvimento, e muitos outros aspectos geográficos, que firmaram Feira de Santana, e a fortalecerá industrialmente uma vez que o comércio era sua principal atividade econômica.

Analisando o contexto nacional, a região Sudeste, vai a partir da crise de 1929, com problemas econômicos externos, quando houver a quebra da bolsa de valores de Nova York – EUA abalando o país economicamente e assumindo caráter mais nacionalista, começar a viver a decadência da cafeicultura, principal atividade econômica desde o tempo do segundo reinado, que transferiu seu capital para a indústria, associado com a presença de mão-de-obra barata, principalmente a imigrante, e um mercado consumidor que vai justificar a concentração industrial, nessa região e especificamente no estado de São Paulo, principal pólo do país. Alguns autores consideram o ano de 1930 como o ano da “Revolução Industrial” no Brasil, pois é o ano que essa atividade, vai torna-se a mais importante do país. Nesta primeira fase da industrialização deste período, a principal característica é a exclusividade de indústrias de bens de consumo não duráveis, é o período chamado de “Substituição de Importações” (GAUDÊNCIO, 1995), depois o estado altera esse quadro, com a criação das empresas estatais já no governo do presidente Getúlio Vargas. Este período marca na história política do país o início do planejamento e intervenção estatal balizado no poder centralizador do “Estado Novo”.

É no período compreendido entre 1956 e 1989, que o Brasil vai viver o auge do crescimento industrial, com a presença de todos os tipos de indústrias, com base numa aliança entre o capital estrangeiro e o capital nacional. No governo do presidente Juscelino Kubitschek, inicia-se a “Internacionalização da Economia”, com a entrada de empresas transnacionais, notadamente no setor automotivo. Sendo que, esta internacionalização foi edificada no desenvolvimento associado, formando a tríplice aliança entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o capital estatal; este modelo era controlado por meio do Plano de Metas, segundo BECKER (1998). Esse processo teve continuidade durante a ditadura militar (1964 a 1985), com destaque no governo do presidente Médice, período do “Milagre Brasileiro”, que irá determinar o crescimento econômico, e conseqüentemente aumentando a dívida externa e a concentração de renda. É nesse período que o CIS é implantado no município de Feira de Santana. No Sudeste, onde fatores históricos foram determinantes para o

desenvolvimento industrial a atuação estatal teve grande importância, com diversos planos governamentais, como o Plano de Metas, que acentuou a concentração industrial nessa região destacando novamente o estado de São Paulo.

A partir desse processo industrial o Brasil que não tinha um espaço geográfico nacional integrado, com uma estrutura de “arquipélago econômico” (SPINOLA, 1998) como denomina alguns autores, possuindo inúmeras áreas desarticuladas, começa sua integração. Nesse sentido, o processo de integração do território brasileiro se dá tardiamente e ocorre em função do novo ímpeto da indústria brasileira, devido à sua modernização para atender à maximização dos mercados externo e interno. Esta integração reflete na divisão inter-regional do trabalho no país, que tipicamente se molda em centro-periferia, onde a região Sudeste polariza às demais. Assim, acelera-se a tendência à disparidade estrutural de um espaço nacional já diferenciado, com a produção de uma situação em que se torna mais clara a existência de uma periferia e de um pólo - a “Região Concentrada”, (SANTOS, 2004).

Seguindo uma tendência mundial, o Brasil atravessa um processo de descentralização segundo alguns autores, que vem ocorrendo de forma intra e inter-regional. O estado da Bahia, por não participar da fase econômica do dinamismo do café, pois o estado não tinha as condições edafoclimáticas determinantes para participar ativamente dessa atividade econômica, começa a perder posições na economia nacional assim como os demais estados do Nordeste, que participam da hegemonia política e econômica do país até as primeiras décadas do século XX. Contudo nos anos de 1940 e 1950, a Bahia vive o ápice da crise do desenvolvimento econômico, com o desmoronamento da lavoura açucareira, que passou a concorrer com os produtos internacionais. Sendo que nem mesmo, o cultivo do cacau, atividade também presente no estado desde o final do século XIX, trouxe uma dinâmica de grandes proporções para a Bahia. Assim como a industrialização brasileira, ocorrendo em outras regiões, a Bahia e os outros estados da região Nordeste participam de uma transição, passando de região hegemônica para região periférica no novo modelo econômico. Foi um período que se levantou uma discussão sobre o denominado “enigma baiano”, com Pinto Aguiar, ressalta:

Os anseios generalizados da população baiana e suas elites, pela obtenção de uma taxa de crescimento econômico mais satisfatório [...] abre as possíveis causas e as soluções eventuais para este problema, o qual foi denominado de enigma baiano (AGUIAR, 1977).



O “enigma baiano” era o porquê da não industrialização da Bahia. Sendo então preciso haver um planejamento para se analisar a Bahia e o seu posterior desenvolvimento industrial. Estudos feitos pelo Grupo de Trabalho Para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN criado em 1956 e coordenado por Celso Furtado a partir de 1958, questionava fundamentos capazes de iniciar processos de planejamentos para a região nordestina, visando inseri-la no movimento geral de industrialização do início dos anos 50. O GTDN documentou seus estudos sintetizando várias concepções relevantes a nível teórico na segunda metade deste mesmo século, sobre o processo de desenvolvimento regional, propondo um modelo autônomo, que repetisse no Nordeste a industrialização substitutiva de importação que ocorreu na região Sudeste.

Era a expressão, da vontade do poder central em resolver a seu modo, a problemática nordestina de subdesenvolvimento. Criada também, no governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1959, e apoiada também por Celso Furtado, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE um órgão de autarquia do governo federal será uma criativa estratégia do planejamento regional e impulsionará incentivos fiscais para resolver o secular problema da desigualdade entre as regiões (MOREIRA, 1979). É a primeira decisão concreta a atuar na correção dessa profunda discrepância regional existente no país, objetivando implantar a industrialização na região e resolver os problemas agrícolas do Nordeste, agravados pela ocorrência da seca, como salientava o próprio Furtado (1960) “o Nordeste é uma região que apresentava subdesenvolvimento dentro do subdesenvolvimento”. Complementada pelos estudos do GTDN, a SUDENE, serviu de suporte no desenvolvimentismo “Juscelinista”, que considerava ser fundamental para o desenvolvimento econômico e social a difusão e a implantação de indústrias, objetivando dinamizar a região nordestina. Nessa conjuntura, inicia-se uma gama de ações administrativas em escala estadual e federal como incentivos fiscais, investimentos em infra-estrutura, dentre outros; visando essencialmente promover a desconcentração industrial do país.

Na Bahia, foi a partir do governo de Antonio Balbino (1955-1959) sob o comando de Rômulo Almeida – Deputado Federal que havia sido chefe da assessoria econômica do segundo governo do Presidente Getúlio Vargas – convidado para assumir as funções de planejamento e a Secretaria da Fazenda do então governo de Balbino, que se intensifica o processo de planejamento para industrialização no estado, constituído e agindo simultaneamente com o plano do GTDN. Com isso, a Bahia começará a

melhorar gradativamente sua situação econômica. Foi essa comissão de planejamento econômico que elaborou inúmeros estudos sobre a realidade baiana, propondo no final dos anos 50, o primeiro Planejamento de Desenvolvimento do Estado da Bahia - PLANBEB, que propunha uma estratégia de integração ao desenvolvimento do próprio Sudeste.

Desta forma, consolidando os estudos do planejamento da industrialização baiana, a partir de 1966 foram introduzidas e aplicadas técnicas de análise espacial e de zoneamento territorial como instrumental norteador de projetos a serem executados (MUTIM, 1998). Constituída as bases para a consolidação do processo de industrialização, a Bahia começa a participar desse momento econômico com a instalação de indústrias na RMS que é o maior pólo industrial do estado. É nesse cenário que se polariza nos entorno da cidade de Salvador a dinâmica industrial, uma vez que a RMS, se estrutura, e os demais municípios do estado ficam estagnados no processo de industrialização. Tentando diversificar a sua produção a Bahia impulsionada nessa tentativa de modernização, instala no final dos anos 50 a refinaria Landulpho Alves, no município de São Francisco do Conde, implanta nos anos 60 o Centro Industrial de Aratu – CIA, nas cidades de Candeias e Simões Filho, vivendo o auge desse processo de industrialização estadual nos anos 70 com a implantação do pólo petroquímico de Camaçari, já nos anos 80 essa industrialização se consolida com a implantação da metalúrgica de cobre, Caraíbas Metais na cidade de Dias D'Ávila.

Tendo em vista essa hegemonia da RMS dentro do estado, surgiu um novo enigma, o porquê da não-industrialização de todo estado. É ai que se constitui o chamado “enigma feirense” (CRUZ, 1992), que assim como o enigma baiano foi condicionado por fatores históricos. Só a partir do final dos anos 60 do século passado é que Feira de Santana se insere nesse processo de industrialização que se desenvolvia dentro do estado, e quando será iniciado o planejamento da implantação do CIS nesta cidade, sendo consolidado na década seguinte. Desta forma, criado no bojo de um conjunto de políticas de desenvolvimento regional, baseados em incentivos fiscais e complementaridade de investimentos estatais (montagem em infra-estrutura, dentre outros) visando descentralizar o processo de industrialização baiano, o Centro Industrial Subaé é concebido nos mesmos moldes do CIA, entretanto constituído a partir de uma iniciativa municipal, fato inédito na historia da economia do Estado, notadamente no período mais autoritário do regime militar, quando a prefeitura municipal interfere em áreas de planejamento, considerada como “feudos” (SPINOLA, 2003) da tecnologia

federal estadual. Em 12 de julho de 1969, pelo decreto municipal nº 3.304, o então Prefeito municipal de Feira de Santana, Dr. João Durval Carneiro inicia o processo de desapropriação da área onde seria localizado o distrito industrial referido.

Em 30 de julho de 1969, através da lei 631, foi aprovado e sancionado pelo Prefeito Municipal, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI e o zoneamento da cidade, elaborado em 1968, que se baseava em um diagnóstico abrangente sobre os fatores de dinamismo da cidade e da sua região, tanto nos aspectos econômicos, como nos sócio-físico-institucionais. Com a elaboração do PDLI, o processo de industrialização de Feira de Santana, foi substancialmente incentivado, já que anteriormente se desenvolvera em caráter estritamente espontâneo, devido sua localização estratégica. Como consequência direta do PDLI, que entre as suas propostas inovadoras, destacava a criação de um distrito industrial, foi elaborado o Plano Diretor do Centro Industrial ao Subaé – PDCIS, pelo Instituto de Urbanismo e Arquitetura Municipal – IURAM, do Governo do Estado em convênio com a Prefeitura Municipal, colaborado pela Secretaria de Indústria Comércio e Mineração – SICM entre outros órgãos estaduais, prevendo a ocupação de uma área de 417 hectares, situada entre a BR - 116 e a rodovia Salvador - Feira de Santana no bairro do Tomba. Atendendo uma das recomendações do Plano Diretor o CIS, foi criado, sob forma de Autarquia Municipal, com personalidade jurídica e patrimônio próprio diretamente vinculado ao Chefe do Poder Executivo do Município que conforme a lei nº 699 de 14 de Dezembro de 1970 tem como finalidade “participar da execução da política de desenvolvimento industrial do município; promover a infra - estrutura básica de localização de estabelecimentos indústrias, relativamente a transporte e comunicações, energia abastecimento de água e esgoto promover a atração de investidores e definir as perspectivas e possibilidades de instalação de indústrias na área de sua jurisdição”. Pela resolução nº 6.389, de 24 de novembro de 1971, a SUDENE, resolve declarar o Projeto de Implantação do Centro Industrial do Subaé, de interesse para a economia regional, e assim, merecedor de colaboração financeira do Banco do Nordeste – BNB. Em 10 de outubro de 1983, através do decreto estadual nº 29.946 a autarquia CIS é transferida para a esfera estadual, que dentre as providências imediatas adotadas pelo governo do estado destacou-se a criação de uma Autarquia Estadual, mediante a lei nº 4.167 de 07 de novembro de 1983, conforme mensagem enviada ao Legislativo Executivo, que autorizou criar o CIS, vinculado à Secretaria de Indústria Comércio e Mineração, com sede e fórum no município de Feira de Santana. O regulamento do CIS foi publicado no

Diário Oficial, em 20 de Janeiro 1984, passando a Autarquia a ter uma estrutura administrativa consolidada, inclusive, dentre outras competências também importantes, deveria executar, rever, a atualizar o plano Diretor do Distrito Industrial de Feira de Santana. Em 1985, o Plano Diretor do CIS, teve concluído sua atualização considerada como exigência imprescindível, de modo a definir as diretrizes de sua nova fase de consolidação e expansão.

Para isso sua implantação na cidade de Feira de Santana, foi planejada de forma estratégica, por esta obter base de infra-estrutura necessária para essa implantação, encontrava-se numa situação geográfica privilegiada, ponto de convergência de estradas vitais do sistema viário nacional facilitando o seu acesso através de transportes rodoviários em qualquer direção, além de estar próximo aos Portos de Aratu e de Salvador e do Aeroporto Dois de Julho, atual Luís Eduardo Magalhães, facilitando o transporte marítimo e aéreo para as diversas regiões do país e do exterior, fazendo desse distrito industrial a melhor opção de investimento para pequenas, médias e grandes empresas. O acesso às rodovias federais e estaduais existentes contribuiu de forma decisiva para a chegada de matérias primas e o escoamento de produtos acabados por parte das indústrias instaladas. No momento o sistema viário do CIS, compreende de diversas rodovias regionais, formadas pelas BRs: 116, 324, 101, 242 e 407; além de estar ligado a uma vasta rede de rodovias estaduais. Tem um sistema de abastecimento de água, de responsabilidade da Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. - EMBASA. A energia elétrica consumida pelo CIS é distribuída pela Companhia de Eletricidade da Bahia - COELBA, chegando a contar com três subestações. Privilegiada no que se refere às instituições formadoras de mão-de-obra, Feira de Santana, contava e ainda conta com estabelecimentos responsáveis por cursos ligados estritamente à formação profissional da área industrial, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Social da Indústria, a Universidade Estadual de Feira de Santana e a antiga Escola Técnica, atual Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia.

Desta forma Feira de Santana, vem desempenhando sua vocação industrial metropolitana, distribuída não só na área do CIS, mais também distribuída em grandes proporções, dentro da malha urbana do município, cuja concentração era minoritária num primeiro momento no Distrito Industrial Subaé, o qual hoje tem a maior concentração industrial da cidade, aumentando cada vez mais o seu espaço físico e o número de indústrias e investimentos. Inaugurados de 1973, com repercussão nacional,

o CIS, vem presentear Feira de Santana no ano do seu centenário constituindo uma das principais conquistas alcançadas pela cidade nos últimos 100 anos. O CIS instalou e distribuiu empresas dentro do perímetro urbano de feirense, principalmente no segmento agroindustrial, metalúrgica, de móveis e transformação petroquímica.

Vem desde seu primeiro movimento até hoje atraindo indústrias de diversos ramos de atividade, como indústria de sabão, produtos alimentícios, produtos minerais, indústrias de borracha, madeireiras, imobiliárias, indústria de couro, peles e produtos similares, indústria de papel, papelão, indústria de perfumaria e cosméticos, indústria mecânica, indústria metalúrgica, indústria química, indústria de produtos de materiais plásticos, indústria têxtil, indústria de vestuário, calçados e artesanato, indústria de bebidas, indústria editorial e gráfica, indústria de utilidade pública, indústria de construção, indústria de material elétrico e de comunicação, indústria de fumo, indústria de produtos farmacêuticos e veterinários, e indústrias diversas. Ao longo da sua história de 35 anos o Centro Industrial Subaé, vem mudando o perfil econômico feirense, sendo crucial a sua instalação na cidade promovendo um constante desenvolvimento que conseqüentemente tece um crescimento local refletido em toda sociedade feirense, que é beneficiada por esse Distrito Industrial.

## **6. Considerações Finais**

A organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, ou seja, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital, que também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são agentes da organização do espaço. Neste contexto ao abordar a implantação do CIS em Feira de Santana como fruto de uma industrialização planejada, algumas estratégias e articulações políticas em escala municipal, estadual e federal foram desveladas em concomitância com o capital nacional e estrangeiro – atores hegemônicos que se pulveriza em escala planetária em busca de expandir seu capital. Constatando-se que Feira de Santana se caracteriza atualmente, como um importante pólo industrial para o estado e sofreu alterações significativas na sua organização espacial em função da inserção do vetor industrial.

Sendo assim, mesmo com a supremacia do setor comercial no município, o pólo industrial é de extrema relevância para o crescimento econômico e desenvolvimento

social de Feira de Santana, gerando empregos diretos e indiretos, expansão da infraestrutura urbana, novos investimentos para a cidade; ou seja, o espaço socialmente produzido assume novas configurações, e se reorganiza para abarcar a exigência de novos mercados que se fazem presentes através da produção industrial local. Entretanto, enfatizamos que apesar das contribuições positivas pós-industrialização se faz necessário perscrutar e revelar numa perspectiva crítica os contrastes presentes nas ações políticas em suas diversas esferas de atuação. O exemplo da política praticada pelo Estado em busca da integração nacional revela este fato, visto que até então à estrutura espacial e econômica era um arquipélago, atraindo mais investimentos industriais, sobretudo para o Sudeste. E em período posterior, início da década de 60 efetua uma intensiva política de desconcentração e descentralização dessa região.

Vale ressaltar, que em face da maior participação e articulação do poder público em diversas instâncias, sobretudo federal, balizada numa incisiva geopolítica de crescimento econômico objetivando inserir o Brasil na economia mundo. Foi à conjuntura inicial para o desenvolvimento associado, e, por conseguinte a instalação do pólo industrial em Feira de Santana, como foi descrito neste trabalho. Desta forma, analisar o planejamento industrial local significa concatená-lo e integrá-lo com a escala regional, nacional e global nas suas múltiplas inter-relações e peculiaridades, visto que estas concomitantemente estruturam e remodelam a organização espacial em Feira de Santana.

Em suma, ao torna-se objeto de estudo a implantação do Distrito Industrial Subaé, fomentou inúmeros acréscimos para o conhecimento da realidade local feirense (relações intrínsecas da complexidade espacial) e para o estudo da geografia. Estes fatores foram determinantes na escolha do tema, pois aborda diferentes questões geográficas que muito contribuem para melhor entendimento desta ciência, na qual tem como objeto o estudo da sociedade e sua organização espacial, nas suas multiplicidades, relevância, e interdependência entre o global, nacional, regional e o local.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Salvador, Planejamento n.4, Out/Dez. 1977.

BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a Economia Global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BERKER, B. K; EGLER, C. A. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CRUZ, Rossine Cerqueira Da. **O Centro Industrial do Subaé: Sua Evolução no Período 1985/1990 e Perspectiva da Inserção Regional nas Tendências de Desenvolvimento para a Economia Baiana Feira de Santana**. UEFS, 1992.

DINIZ, Clécio Campolina. **A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas perspectivas**. Rio de Janeiro; IPEA, 1995.

GAUDENCIO, Francisco de Sales, FORMIGA, Marcos. **Era da Esperança: Teoria e Política no pensamento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Plano Diretor do Centro Industrial Subaé**. Feira de Santana. Secretaria de Indústria e Comércio. 1983.

IANNI, Otávio. **Estado e Planejamento econômico no Brasil, 1930-1970**. Rio Ed Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento do Brasil**. Editora Perspectiva S.A.: São Paulo, 1975.

MOREIRA, Rui O. **Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MUTIM, Benival Santos; NUNES FILHO, Paude de Souza; VERA FILHO, Rafael Rodas. **Prêmio FIEB de Monografias sobre o Desenvolvimento Industrial da Bahia: Desenvolvimento Industrial da Bahia: Uma abordagem Sócia Econômica; As Importações e a Industria de Bens de Consumo Final — Uma Alternativa Industrializante para a Bahia**. Salvador FIEB/ CIEB, 1998.

NETO, Leonardo Guimarães. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Editora Massongana: Recife, 1989.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 6ª Ed., Rio de Janeiro, Record, 2004.

SOUZA, Maria Carolina de, GARCIA, Renato. **Sistemas locais de inovação no Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1998.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. **Política de Localização, Industrial e Desenvolvimento Regional: Experiência da Bahia**. Salvador: Editoração Eletrônica — CD HOME STUDIO, 2003.